

Mailson lembra que os credores precisam acertar divergências

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, dirigiu ontem um importante recado ao universo de credores do Brasil e não poupou nenhum dos quatro eixos que representam a contraparte internacional da dívida externa do País — os bancos privados, o Fundo Monetário Internacional (FMI), os organismos multilaterais de financiamento e os governos dos países industrializados: "Todos buscam uma solução concertada para a dívida, mas existem contradições entre eles e é preciso encontrar uma forma de convivência".

Mailson da Nóbrega fez sua colocação ao abrir ontem, em Brasília, o seminário promovido pela Third World Foundation for Social and Economic Studies e pela Universidade de Brasília (UnB) sobre "Dívida Externa: Soluções Prática". Aos representantes de países credores e devedores presentes ao auditório, além de membros do mundo acadêmico internacional, o ministro da Fazenda enumerou a série de divergências existente entre os credores externos e que torna difícil o encaminhamento de programas de ajuste das economias endividadas.

Assim, na medida em que o FMI consagra importância maior ao controle do déficit público o próprio alcance da meta em si acaba sendo pressionado pelo objetivo do crescimento de saldos comerciais, defendendo basicamente pelos bancos credores privados. "Maiores superávits significam aumento no endividamento público (o governo se vê obrigado a emitir mais papéis representativos de sua dívida interna para arrecadar os cruzados necessários para fazer frente às trocas cambiais dos exportadores)", atestou o ministro da Fazenda.

"Por outro lado", prosseguiu o ministro, "organismos multilaterais, como o

Banco Mundial, que se dispõem a ajudar no financiamento a programas de reforma interna, como o da maior liberdade ao comércio externo, acabam esbarrando em outros objetivos de reforma. A liberalização do documento externo tende a reduzir o superávit comercial e, por fim, esta estratégia fica também limitada em face das políticas protecionistas adotadas pelos países industrializados, também credores do Brasil."

MODELO

Nóbrega lembrou que está esgotado o modelo de crescimento dos países em desenvolvimento calcado em empréstimos externos. "Temos de enfrentar um outro desafio, pois o desenvolvimento há que se apoiar no aumento da poupança interna e, para isso, formas adequadas de financiamento para o Terceiro Mundo precisam ser encontradas de modo a permitir a importação de capital dos países desenvolvidos", disse.

O vice-presidente do Banco Mundial, Shahid Hussain, chamou atenção para a necessidade que os países devedores têm de promover reformas internas e foi sobretudo objetivo para o caso do Brasil. "Metas gerais, como o déficit do governo federal, a melhora do balanço de pagamentos, a administração da oferta da moeda e a melhor eficiência das empresas públicas terão de ser traduzidas em mudanças setoriais e institucionais específicas, assim como em mudanças no relacionamento entre os governos federal e estaduais", disse ele, ao reconhecer a complexidade da economia brasileira.

CRITICAS

Hussain não poupou críticas às resistências internas que, no seu entendimento, funcionam como limitantes a um processo contínuo de reforma na economia brasileira. "Uma economia caracterizada por forte regulamentação, por favores governamentais discricionários e por taxas de juro

subsidiadas para determinados grupos, está pagando um pesado custo para o crescimento e a estabilização", disse o vice-presidente do Banco Mundial. Mostrando conhecer a realidade brasileira, Hussain destacou duas situações, em particular: a forte pressão das empresas públicas — "que não são suficientemente submetidas ao critério da eficiência" — sobre os escassos recursos, e os governos estaduais, que tomam emprestado de seus próprios bancos estaduais, garantidos em última instância pelo Banco Central, "agravam a tarefa do governo de derrubar a inflação". Sua observação é de que esses problemas não surgiram da noite para o dia, mas estão embutidos na estrutura da economia: "Eles criaram seus próprios beneficiários, que, por isso mesmo, se opõem às mudanças".

Os discursos, no seminário de ontem, apontaram os

vários aspectos, internos e externos, que hoje são mais ou menos comuns como pontos de dificuldade a vencer para resolver o problema da dívida externa. Mas nenhum deles chegou a propor, efetivamente, um caminho. Um enfoque mais político para a questão do endividamento externo foi colocado tanto pelo reitor da UnB, Cristovam Buarque, quanto pelo secretário-geral da Third World Foundation sediada em Londres, Altaf Gauhar.

Buarque argüiu sobre a validade que têm acordos assinados por governos, mesmo que legitimamente empossados, envolvendo a questão do acerto externo, enquanto Gauhar destacou que a dívida externa não pode ser paga com bônus ou com o aproveitamento de "descontos" negociados no mercado secundário internacional mas que também não pode ser paga "com a vida e a liberdade".